

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

TALES BARBOSA TERCETTI

**TUDO MUNDO SANGRA O MESMO: Uma
pesquisa bibliográfica sobre a prevenção e a cultura
da violência universitária**

ARARAS

2020

TALES BARBOSA TERCETTI

**TODO MUNDO SANGRA O MESMO: Uma
pesquisa bibliográfica sobre a prevenção e a cultura
da violência universitária**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
no Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas da Universidade Federal de São
Carlos para aprovação na disciplina
Monografia II. Orientação: Prof.^a Dr.^a Isabela
Custódio Talora Bozzini

ARARAS

2020

DEDICATÓRIA

Foi pensando nas pessoas que de alguma forma sofrem ou já sofreram abusos psicológicos, físicos ou sexuais no ambiente universitário que realizei este trabalho, por isso, é dedicado a todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma.

AGRADECIMENTO

Este foi um trabalho árduo, de muita dedicação. Hoje entrego minha monografia com o conhecimento em uma mão e meus sonhos na outra.

Primeiramente quero agradecer a mim, pois se eu não tivesse encontrado forças e não tivesse saúde física e mental para continuar lutando, eu não teria chegado até aqui.

Meu esforço valeu a pena, mas não seria possível se não fosse pelos meus amigos que estavam ao meu lado. Eu agradeço de coração quem me apoiou, me incentivou e tornou esta conquista possível. Em especial para todas as repúblicas que já morei e todas as pessoas com quem eu já convivi, agradeço à República “Zona Rural” por ter sido a minha primeira moradia e por ter feito de 2015 o melhor de todos os anos, gratidão à República “Maria Baderna” por ter me acolhido em um momento difícil e à República “As Patroa” por me mostrar o que é amor, companheirismo, amizade e me feito ser uma pessoa muito melhor e também a República “Para Ce Ta Mal” por ter sido minha fortaleza e onde eu me encontrei como ser humano.

Às amigadas que a UFSCar me deu, Paula (Afiada), Nathália (Bruta), Vitória (Bituk), Fernanda (Síndrome), Camila (EmFuga), Bruno (Chan), Isabella (Naduvida), Ana Paula (Templo), Joyce, Rafaela e Laís. As amigadas que conquistei fora da universidade, mas que também me ajudaram de alguma forma, Camila (Mizi), Camila, Ana Paula, Sthefano, Marcello, Iara e Carolina. Agradeço a todos que me ajudaram a relaxar nos momentos difíceis, que me mostraram que um pouco de diversão também é necessário e me colocaram para cima quando mais precisei, vocês têm a minha gratidão eterna e eu nunca esquecerei tudo que fizeram por mim.

À minha mãe por toda paciência, pelo amor incondicional, por me dar todas as condições para que eu pudesse frequentar este estabelecimento de ensino e por nunca ter permitido que eu pensasse sequer em desistir.

A todos os professores que me ensinaram com maestria, especialmente à Isabela Custódio Talora Bozzini, pessoa maravilhosa que me orientou sempre no melhor caminho.

Quem não mencionei, mas fez parte do meu percurso, seja de que forma for, saiba que meu coração será sempre grato.

O opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isso no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude desse ato de amar, na sua existenciação, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira. [...]. (FREIRE, 1987, p. 36)

RESUMO

No Brasil, as pesquisas sobre prevenção de conflitos e de violência são incipientes, não havendo um inquérito nacional que tenha avaliado a magnitude de ambas até o momento. Quando falamos de modelos de prevenção de conflitos, podemos citar três tipos: o baseado na disciplina, na mediação, no diálogo e que vão desde a aplicação de medidas disciplinares, até a criação de serviços de atenção e desenvolvimento de atividades de prevenção. Para isso foi feito o levantamento de projetos ou programas sobre prevenção de conflitos e violência no ambiente universitário, analisando documentos que citam programas voltados para prevenção e resolução de conflitos em instituições de ensino superior seguindo os princípios de uma pesquisa bibliográfica, envolvendo uma busca sistematizada de documentos originais indexados no período entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de novembro de 2020. A partir dos documentos encontrados, inicialmente foram analisados os títulos e resumos para seleção de estudos potencialmente elegíveis para, posteriormente, serem lidos na íntegra. Um aspecto que chama a atenção é a pouca quantidade de trabalhos acerca da prevenção de violência e conflitos nas instituições de ensino superior, levando a necessidade latente de maior investimento na área de pesquisa. As universidades devem ser espaços seguros para todas e todos, porém a maioria das universidades brasileiras não possui políticas estruturadas para prevenir as violências e também não apresentam estratégias claras e contínuas para coibir as violências nas recepções de calouros e apesar de o modelo dialógico de prevenção de conflitos representar um passo a mais para prevenir problemas de convivência, não significa que os modelos baseados na disciplina e na mediação sejam substituídos completamente, mas sim que eles, por si sós, não erradicam esses problemas.

Palavras-chave: Trote universitário. Prevenção de violência. Violência universidade.

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. | REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 3. | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 17 |
| 4. | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS | 18 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 25 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 27 |

1. INTRODUÇÃO

Segundo Dahlberg e Krug (2006) o conflito entre pessoas é sempre intencional, mesmo que suas expressões possam variar, por exemplo, do uso do poder através de ameaças interpessoais, ou contra um grupo, ou contra uma comunidade. O conflito pode também resultar em agressão física, em lesão, dano psicológico e em casos mais sérios, a morte.

É possível definir a violência de muitas maneiras. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (DARHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165)

Em relação à intencionalidade, deve-se distinguir a intenção de ferir e a intenção de "usar violência". A violência, conforme Walters e Parke (1964), é culturalmente determinada. Há pessoas que querem ferir outras, mas segundo sua formação cultural e crenças, não consideram seus atos violentos. Contudo, a Organização Mundial da Saúde define violência na medida em que ela diz respeito à saúde ou ao bem-estar dos indivíduos. Alguns comportamentos, como a violência universitária, podem ser vistos por certas pessoas como práticas culturais aceitáveis, mas são considerados atos violentos com importantes efeitos na saúde do indivíduo.

Ao adentrarem aos espaços universitários, os e as jovens têm é com o 'ritual de passagem' conhecido como o trote, aponta Bandeira (2017). Ritual que os fascina, pois estão diante de um novo espaço, novas amizades, expectativas profissionais que se colocam, acabam participando sem clara noção do que significa e das relações de poder que estão em jogo.

Por que centrar o estudo de prevenção de violência, mais especificamente nas universidades?

Em 1999, ocorreu o assassinato de Edison Tsung Chi Hsueh, jovem de 22 anos, quando se preparava para entrar no primeiro ano do curso de medicina. Após participar de uma aula inaugural, foi pintado e seguiu com outros calouros e os veteranos para a atlética da USP. Seu corpo foi encontrado no fundo da piscina na manhã seguinte. Segundo o jornal A Folha de São Paulo (2009), em 2006, o caso foi arquivado pelo STJ

(Superior Tribunal de Justiça), que entendeu que não havia elementos de prova que se mostrassem suficientes para sustentar a acusação de homicídio qualificado imputada pelo Ministério Público.

Segundo Bandeira (2017), não se trata da criação de um ritual novo e atual. Ao contrário, trata-se de uma prática secular, cuja história é permeada por vários tipos de violências, seja contra estudantes de modo geral, seja contra as jovens, de modo especial. Costume bárbaro que remonta à Idade Média, quando foram fundadas as primeiras universidades na Europa.

Informações históricas indicam que os primeiros registros da prática do trote datam do início do século XIV, ocorridos na região hoje correspondente à Alemanha. Os calouros eram obrigados a andar nus e ingerir fezes de animais mediante a promessa de que poderiam se vingar nos novatos do ano seguinte. “Os alunos veteranos descontavam nos mais novos a repressão promovida em sala de aula por professores rigorosos”, afirma Zuin (2002, p. 12)

Conforme Zuin (2002), na sociedade cuja industrialização da cultura é hegemônica, o sentir adjudica-se ao impressionar, àquilo que se destaca, que se sobressai, a ponto da ética se transformar numa categoria estética, então compreende-se os anseios das mães de que seus filhos portassem sinais que indicassem o quão foram bem sucedidos nos vestibulares. O preço da exibição de tais sinais é a humilhação à qual seus filhos são submetidos? Não importa, paga-se com prazer, pois o que interessa é poder impressionar. E se estes vestígios de violência já se encontram tão vulgarizados, a ponto de não mais cumprirem sua função de proporcionar o devido destaque daquele que os expõe, faz-se necessário que sejam intensificados para que possam novamente propiciar o desejado reconhecimento por parte das outras pessoas.

Portanto é preciso elaborar o passado e criticar o presente prejudicado, evitando que este perdure e, assim, que aquele se repita.

No Estado de São Paulo, o trote universitário está proibido pela Lei Estadual 10.454 de 20/12/1999, conforme texto seguinte:

Artigo 1.º - É vedada a realização de trote aos calouros de escolas superiores e de universidades estaduais, quando promovido sob coação, agressão física, moral ou qualquer outra forma de constrangimento que possa acarretar risco à saúde ou à integridade física dos alunos.

Artigo 2.º - Compete à direção das instituições públicas de ensino superior:

- I. adotar iniciativas preventivas para impedir a prática de trote aos novos alunos, segundo disposto no artigo 1.º e respondendo a mesma por sua omissão ou condescendência;
- II. aplicar penalidades administrativas aos universitários que infringirem a presente lei, incluindo expulsão da escola, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis. (SÃO PAULO, 1999)

Em 2009, a Câmara de Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1.023, que dispõe sobre a tipificação da prática do trote estudantil como contravenção penal (Projeto de Lei n.1.023, 2009). Em um de seus artigos, a lei determina a proibição da realização do trote que ofenda a integridade física, moral ou psicológica dos novos alunos; importe constrangimento a estes; os exponha, de forma vexatória, e implique pedido de doação de bens ou dinheiro a eles, salvo quando destinados à entidade de assistência social. Essa lei que visa criminalizar o trote violento, ainda não foi aprovada no Senado.

Em 2015, foi a vez da Câmara Municipal de Presidente Prudente promulgar a Lei nº 8790/2015 que impede a prática de trote universitário e escolar no município (Lei n. 8790, 2015). De acordo com a lei, somente as ações solidárias estão autorizadas, sendo que a instituição de ensino também é responsável por elaborar iniciativas preventivas para impedir a ação direcionada aos calouros.

No ano de 2019, por conseguinte, a Câmara Municipal de Florianópolis aprovou o projeto de lei que proíbe o trote universitário nos logradouros públicos daquele município. O projeto visa evitar o constrangimento físico, moral e intelectual dos alunos nas universidades (Lei n. 10.671, 2019).

Conforme mostram os dados do Atlas da Violência de 2020, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 a 29 anos. Foram 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens e 53,3% do total de homicídios do país. Segundo Gênero e Número (2019) no ano de 2017, houve 12.112 registros de violência contra pessoas trans e 257.764 casos de violência contra homossexuais ou bissexuais no Brasil. Foram 11 agressões contra pessoas trans e 214 contra pessoas homo/bi no país a cada dia. No mesmo ano, mulheres foram 67% das vítimas de agressão física registradas no país. No Distrito Federal, esse índice chegou a 75%. A perseguição de jovens e de mulheres, os assédios [os trotes], por exemplo, são tipos de violências que se enquadram nesses registros de denúncias. Em média, eram relatados 55 casos/dia de violência psicológica contra jovens.

Problemas de segurança são recorrentes nos campi universitários e estes necessitam ter um modelo de segurança eficiente. A questão que se coloca é, — Como implantar um modelo de segurança no ambiente universitário que seja capaz de dar segurança à comunidade universitária e que, ao mesmo tempo, leve em consideração a especificidade de um ambiente acadêmico?

Segundo Carol (2009), algumas universidades internacionais, como Harvard, possuem uma política institucional definida sobre assédio, abuso, violência sexual ou outro tipo de violência de gênero, que vai desde a aplicação de medidas disciplinares, até a criação de serviços de atenção e desenvolvimento de atividades de prevenção, nessa universidade, por exemplo, existe uma oficina de atenção e prevenção de assédio e violência sexual, o Office of Sexual Assault Prevention and Response (OSAPR), encarregado de coordenar os diferentes programas desenvolvidos na universidade e o Sexual Assault and Sexual Harassment Advisers (SASH), serviço onde pessoas especializadas atendem vítimas via linha telefônica 24hs.

Frente a esse panorama, é necessário que instituições governamentais busquem indicadores e subsídios, baseados na evidência científica, para a adoção de políticas de prevenção a violência e conflitos.

O objetivo deste trabalho foi levantar a existência de projetos ou programas nas universidades brasileiras sobre prevenção de conflitos e violência no ambiente universitário, com finalidade de responder à seguinte pergunta: Há, na produção científica brasileira, programas de intervenção em universidades, dados indicativos de prevenção efetiva de conflitos e violência? Para isso foram analisados documentos que citam programas voltados para prevenção e resolução de conflitos em instituições de ensino superior, após o mapeamento das instituições de ensino superior, analisou-se que modelos para prevenção de violência possuem (baseados no diálogo, mediação ou disciplina).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Muitas vezes, agentes de socialização (como escolas e famílias) usam a linguagem da ética para promover os “bons garotos”, que atualmente se destacam como não agressivos, não sexistas e aqueles que realizam tarefas domésticas. Enquanto isso, existem os “bad boys” que são agressivos e/ou machistas. Olea et al (2012) sustentam que que há uma socialização generalizada em que os modelos mais atraentes são aqueles

associados à masculinidade tradicional ligada à dominação, desprezo e imposição. A socialização no modelo de atração violenta faz parte de um modelo tradicional de relacionamento onde as pessoas que os jovens desprezam são atraentes - embora não recomendadas - e pessoas "convenientes" – com valores positivos - chatas.

Na medida em que a violência é definida como resultante de processos de socialização, pode-se compreendê-la também como um comportamento culturalmente aprendido que passa a fazer parte dos padrões da sociedade, portanto é um fenômeno que pode ser desconstruído devido ao fato de não ser inerente à natureza humana. Segundo os autores citados o comportamento violento não se constitui em algum tipo de impulso incontrolável, nem tem raízes biológicas ou genéticas, assim sendo, se a agressão e a intolerância são construídas no processo de aprendizado e convívio, podem também ser desconstruídos ou melhor ainda, podem ser prevenidos.

Os resultados da pesquisa de Olea et al (2012) revelam a existência de uma percepção equivocada que as pessoas têm ao associar ou estabelecer uma relação afetivo-sexual para aumentar seu status social e atratividade, quando isso acontece ou o que acontece ao contrário no estabelecimento de certas relações afetivo-sexuais em adolescentes e jovens. A presença desse fenômeno é consequência, como já foi mencionado, dos processos de socialização que vivemos, pois ao longo de nossas vidas, recebemos todo tipo de influências que nos levam à ideia de que a violência é atraente.

Beck e Beck-Gernsheim (1998), Giddens (1995), Gómez (2004) mostram que "o amor é social", ou seja, que se aprende e se internaliza por meio de interações sociais e se muda de acordo com contextos, tempos e transformações sociais. Na sociedade além disso, o diálogo atual prevalece nas relações sexuais afetivas e o papel das mulheres e dos homens dentro deles está mudando constantemente através de consenso e dissidência. Desta forma, os relacionamentos não são mais algo estático e pré-estabelecido; agora, cada pessoa tem que criar sua própria biografia combinando os relacionamentos que deseja estabelecer e precisa de um diálogo contínuo se pretende chegar a um consenso e acordos sempre sujeito a mudanças.

Os processos de socialização ligados a percepção errada que as pessoas possuem quando associam o estabelecimento de uma relação afetivo-sexual para o aumentar seu status social e atratividade, quando na verdade o que ocorre é o contrário, partem, segundo Olea et al (2012) da socialização generalizada, e eles tomam forma nos processos em que

se internaliza e se desenvolve uma percepção e valores onde as pessoas mais desejadas são aquelas que têm um status, um alto status social e popularidade, e que exercem poder, dominação e desprezo por outras pessoas. Esses processos de socialização são feitos de interações (que promovem essa percepção e valores) entre os jovens e adolescentes com suas amizades, com outros pares, com a família e outros canais de socialização como a mídia, redes sociais na internet, músicas, filmes, videoclipes, etc.

Dentro das investigações centradas nos processos de socialização, há uma linha voltada para investigar a dinâmica associada às relações em que a violência ocorre no meio entre universitários. Bondurant (2001) aponta como, em algumas estudantes que sofreram situações de violência de gênero, tanto o rendimento acadêmico quanto a frequência às aulas na universidade depois do ocorrido podem diminuir. Mas não só tem consequências nas vítimas diretas, como também nas pessoas que apoiam e se solidarizam com estas, em ocasiões onde tanto sua carreira profissional quanto sua vida pessoal são afetadas. (PUIGVERT, 2008).

As universidades devem ser espaços seguros para todas e todos. Devem ser locais onde os jovens e adultos aprendam, cresçam e se relacionem livremente uns com os outros, onde a aprendizagem esteja ao alcance de todos.

A forma como os indivíduos sentem coletivamente a atmosfera escolar traz significativas influências sobre o comportamento dos grupos. Janosz (1998) e Thiébaud (2005) salientam que o clima na escola influencia na qualidade da vida escolar dos alunos em três aspectos: na formação da identidade; na aprendizagem, por meio da motivação, da disciplina, da aprendizagem e do rendimento acadêmico; e na convivência e antecipação das expectativas recíprocas, estando-lhe associados problemas diversos, como os conflitos, a violência, o vandalismo, o roubo, o consumo e venda de drogas e outros comportamentos de risco.

Dirigindo o olhar às percepções dos estudantes, Forgette-Giroux, Richard Ichaud e Michaud (1995), identificam seis dimensões do clima psicossocial na escola, com base na perspectiva dos alunos: expectativas, valor da amizade, sucesso acadêmico, valor pessoal, normas e exigências do meio e dos professores. Os resultados dessa pesquisa demonstraram que o clima psicossocial da escola tem um impacto sobre o conceito de si, sobre a autoconfiança e sobre o desempenho acadêmico.

Thiébaud (2005) ao realizar uma revisão da literatura na área, afirmou que os resultados de diversos estudos indicaram que os alunos são sensíveis ao clima escolar, podendo influenciar o seu comportamento e adaptação. O autor entende que o clima da escola está relacionado com o grau de eficácia geral de uma instituição, mas, especialmente, com o nível de incivildades, violência e estresse vivenciados. É o que também evidenciam Blaya et al (2004) em suas pesquisas, nas quais relacionam o clima das escolas e a vitimização entre os alunos. Os autores concluem que o clima escolar é um elemento essencial do bom funcionamento da instituição de ensino; quando é negativo, pode representar um fator de risco da qualidade de vida escolar, colaborando para o sentimento de mal-estar e para o surgimento da violência.

Nesse sentido, os estudos de Debarbieux (2006) ressaltam que a qualidade do clima escolar é uma variável muito importante para prevenir a violência. Segundo o autor, as instituições que apresentaram êxito em programas de prevenção da violência tinham um clima positivo. A qualidade do clima da escola, portanto, prenuncia o sucesso ou fracasso da implementação de programas de intervenção.

Portanto, conforme Vinha et al (2017) as instituições que possuem clima escolar positivo exibem bons relacionamentos interpessoais, qualidade no processo de aprendizagem com decisões compartilhadas, senso de justiça (há participação na elaboração das regras que estão presentes e são obedecidas, e as sanções são justas), os indivíduos se sentem seguros, envolvidos, respeitosamente desafiados e pertencentes.

Toda análise abrangente da violência deve começar pela definição de suas várias formas, de modo a facilitar a sua medição científica (DAHLBERG e KRUG, 2006). Há, segundo Foege (1995), poucas tipologias existentes, e nenhuma é muito abrangente. Darhlberg e Krug (2006) dividem a violência em três amplas categorias, segundo as características daqueles que cometem o ato violento: a) violência autodirigida; b) violência interpessoal; c) violência coletiva. Estas três categorias amplas são ainda subdivididas, a fim de melhor refletir tipos mais específicos de violência.

Segundo Darhlberg e Krug (2006), a violência auto infligida é subdividida em comportamento suicida e agressão auto infligida, já a violência interpessoal divide-se em duas subcategorias: 1) violência familiar e de parceiros íntimos, ou seja, violência principalmente entre membros da família ou entre parceiros íntimos, que ocorre usualmente nos lares; 2) violência na comunidade, que é a violência entre indivíduos sem

relação pessoal, que podem ou não se conhecerem. Inclui violência da juventude, atos variados de violência, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições de ensino superior.

Por fim, Darhlberg e Krug (2006) apontam que a violência coletiva encontra-se subdividida em violência social, política e econômica. Diferentemente das outras duas grandes categorias, as subcategorias da violência coletiva sugerem possíveis motivos para a violência cometida por grandes grupos ou por países.

A prevenção da violência, segundo o enfoque da saúde pública, começa com uma descrição das proporções e do impacto do problema. As intervenções da saúde pública são tradicionalmente caracterizadas em prevenção primária, onde são feitas abordagens que pretendem prevenir a violência antes que ela ocorra; prevenção secundária, aqui as abordagens são centradas nas reações mais imediatas à violência, como cuidados médicos, serviços de emergência ou tratamento de doenças sexualmente transmissíveis após um estupro e prevenção terciária, que são abordagens que focalizam os cuidados prolongados após a violência, como reabilitação e reintegração e esforços para diminuir o trauma ou reduzir a deficiência prolongada ligada à violência (DAHLBERG e KRUG, 2006).

Estes três níveis de prevenção são definidos, conforme Darhlberg e Krug (2006), pelo seu aspecto temporal, ou seja, se a prevenção se faz antes da ocorrência da violência, imediatamente depois dela ou, ainda, a longo prazo. Embora, tradicionalmente, sejam aplicados às vítimas da violência e em instalações para cuidados da saúde, os esforços de prevenção secundária e terciária são também considerados relevantes em relação ao agressor, sendo usados em processos judiciais contra a violência.

Tolan (1994), pesquisador da prevenção da violência, se baseia cada vez mais em uma definição de violência que tem seu foco no grupo-alvo de interesse. Tal definição agrupa as intervenções em *universais*, onde abordagens são direcionadas a grupos ou à população em geral sem considerar o risco individual; são exemplos disso os programas de prevenção de violência entregues a todos os estudantes de uma universidade, *intervenções selecionadas*, das quais abordagens são direcionadas a pessoas consideradas em alto risco de violência (expostas a um ou mais fatores de risco) e *intervenções indicadas*, aqui as abordagens são direcionadas a pessoas que já demonstraram comportamento violento, ou seja, tratamento para agressores de violência doméstica.

Até agora, tanto em países industrializados como em países em desenvolvimento, os esforços têm se concentrado nas reações secundárias e terciárias à violência. É compreensível que a prioridade seja frequentemente dada às consequências imediatas da violência, apoiando as vítimas e punindo os agressores. Tais ações, embora sejam importantes e necessitem de fortalecimento, deveriam ser acompanhadas de um maior investimento em prevenção primária. Uma resposta abrangente à violência deve não só proteger e apoiar as vítimas da violência, mas também promover a não-violência, reduzir as agressões violentas e mudar as circunstâncias e as condições que favorecem a explosão de violência. (DAHLBERG e KRUG, 2006).

Segundo o Community of Research on Excellence for All (CREA) (2017), a partir da revolução industrial, o modelo mais utilizado para resolver ou evitar o problema da agitação nas universidades tem sido o modelo baseado na disciplina. O qual se baseia em hierarquias estabelecidas e no papel de uma autoridade específica, considerados mantenedores da boa convivência. As regras e os papéis que cada um possui são definidos e estabelecidos no modelo baseado na disciplina, pelas autoridades. A escola, por sua vez, impõe regras sem qualquer consulta aos alunos. Os regulamentos são implementados de cima para baixo, isto é, a classe mais alta nessa hierarquia toma as decisões e todas as pessoas devem se comportar de acordo.

Já o modelo baseado na mediação representa uma grande melhoria ao modelo baseado na disciplina, uma vez que esse inclui todas as partes envolvidas numa determinada situação problemática e no subsequente processo de resolução e, por consequência, coloca de novo a ênfase na convivência (CREA, 2017). Este modelo é caracterizado pelo envolvimento de um “perito”, que medeia entre as partes e oferece respostas de acordo com as regras estabelecidas. O modelo baseado na mediação utiliza soluções reativas, ou seja, soluções que surgem de respostas para um conflito, que já havia surgido e não como medidas de prevenção. Embora, como aponta CREA (2017), um referencial de regras seja geralmente definido por uma autoridade, o seu cumprimento não é um processo vertical de cima para baixo, antes um diálogo entre iguais, que possui um objetivo comum. Em vez de o enfoque ser centrado na partilha de culpas e na resposta com a punição, dá-se a promoção do apoio entre os participantes.

Contudo, CREA (2017) aponta que o modelo dialógico envolve toda a comunidade através de um diálogo, onde conseqüentemente, esta abordagem acaba sendo focada na prevenção do conflito, ao criar uma atmosfera de colaboração, na qual os membros participam na criação de regras, na gestão da universidade, na forma como o conflito é solucionado e na existência de um maior entendimento de todos os envolvidos.

Neste modelo, são estabelecidos o espaço e as condições, para que todos tenham oportunidades iguais para verbalizar os seus sentimentos e opiniões com vista à resolução. Para tornar este diálogo possível, considera-se que todos, independentemente da sua cultura ou nível de educação, entre outros aspetos, tenham a oportunidade de intervir, dar opiniões e participar na procura de uma solução harmonizada, que ajude a prevenir o conflito. A responsabilidade e a capacidade para gerir a convivência, não devem ser reservadas apenas para alguém com autoridade ou para um perito, ao invés, devem ser partilhadas por todos os estudantes, professores, funcionários e pessoas da comunidade. O objetivo consiste em ultrapassar pretensões de poder, que também estão presentes no modelo baseado na disciplina e que, permitam relações de equidade reais e válidas.

Com base nas pesquisas realizadas, a produção científica sobre assuntos relacionados a universidade ainda são muito escassas e por isso foram realizadas comparações do ambiente escolar com o universitário, pois entende-se que a escola e a universidade são espaços onde os indivíduos possuem relações para além da família, ou seja, passam a conviver com pessoas de diferentes raças, cor, etnia, religião, cultura por receber uma diversidade de alunos em contextos diferentes e realidades distintas e com isso, aprendemos a respeitar o que é “diferente”, evitando atos de preconceitos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa seguiu os princípios de uma pesquisa bibliográfica segundo Lima e Miotto (2007), ou seja, para a sua realização foi imprescindível seguir por caminhos não aleatórios, uma vez que esse tipo de pesquisa requer alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de cuidado na escolha e no encaminhamento dos procedimentos metodológicos. Estes, por sua vez, necessitam de critérios claros e bem definidos que são constantemente avaliados e redefinidos à medida que se construiu a busca por soluções ao objeto de estudo proposto e foi realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiaram a análise dos dados obtidos, diferindo, portanto, da revisão bibliográfica que por sua vez vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprimiu sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente.

A pesquisa bibliográfica envolveu uma busca sistematizada de artigos originais indexados no período entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de novembro de 2020, no Portal de

Periódicos Google Scholar. Até onde foi possível avaliar, há escassez de produção brasileira sobre o assunto. Foram utilizados os seguintes descritores: “Prevenção”, “trote”, “universitário”, “violência”, no idioma Português. Foram excluídos da análise documentos que apresentassem a temática distante da proposta pela revisão ou que não contribuíssem para responder à questão norteadora.

No processo de seleção dos documentos, inicialmente, foram analisados os títulos e resumos para seleção de estudos potencialmente elegíveis para, posteriormente, serem lidos na íntegra.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O resultado inicial do Portal de Periódicos Google Scholar foi de 518 documentos, que tinham no título, resumo ou palavras chave os seguintes descritores: “prevenção”, “trote”, “universitário”, “violência”. Foram excluídos 67 documentos, pois ao pesquisar sobre “trote”, muitos trabalhos traziam a conotação do trotar de cavalos ou ainda do trote enquanto forma de corrida realizada em atividades físicas, restando 451 documentos.

Dentre os 451 documentos, encontravam-se artigos de periódicos, livros, artigos de congresso, teses e dissertações. Todos estes documentos tiveram seus títulos e resumos lidos, e foram selecionados apenas aqueles que tinham os 4 descritores no texto do título e ou resumo. Ao final, obteve-se 8 documentos completos para serem lidos na integralidade e avaliados, os quais são apresentados no quadro abaixo. Na coluna 1 (Número), numeramos os documentos de 1 a 9, na coluna 2 (Autores), está o sobrenome principal de cada autor, a coluna 3 (Ano), possui o ano de publicação do documento, na coluna 4 (Título), está o título completo do trabalho e na coluna de número 5 (Tipo de documento), está o tipo de cada documento (artigo, capítulo de livro, livro etc).

Tabela 1 – Apresentação dos 8 documentos em ordem alfabética com base no autor principal e seus respectivos títulos.

| Número | Autores | Ano | Título | Tipo de documento |
|--------|---------|-----|--------|-------------------|
| | | | | |

| | | | | |
|----|---------------------|------|---|-------------------|
| 1º | Akerman, Conchão | 2020 | “Cultura do trote universitário: desafios que permanecem. “ | Artigo |
| 2º | Correia et al | 2016 | “A Experiência da Faculdade de Odontologia da UERJ no Projeto Calouro Humano.” | Artigo de Revista |
| 3º | Cotrim | 2020 | “Buscando transformar a cultura do trote universitário: a construção de um vídeo educativo.” | Artigo |
| 4º | Dias | 2019 | “Violência contra estudantes no campus Darcy Ribeiro: um olhar sobre a atuação da Diretoria da Diversidade.” | Artigo |
| 5º | Lionço et al | 2016 | “ESCUTA DIVERSA: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E DE ARTICULAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO PARA A COMUNIDADE LGBT DA UNB.” | Artigo |
| 6º | Maito et al | 2019 | “Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade.” | Artigo |
| 7º | Pelegrinelli | 2019 | “Políticas Públicas Educacionais à Luz do Pacto Universitário para a | Capítulo de Livro |

| | | | | |
|----|---------------------|------|--|--------|
| | | | Cultura da Paz e Educação em Direitos Humanos.” | |
| 8º | Saura, Rocco Junior | 2020 | “Núcleo de Direitos Humanos da EEFE-USP: implantação, desenvolvimento e diálogos interunidades.” | Artigo |

FONTE: Formulado pelo autor

Foram encontrados 8 documentos, os quais estão organizados por ordem alfabética segundo o sobrenome do autor principal. O documento 1º de Akerman e Conchão (2020), analisa as mudanças que foram produzidas após seis anos de intervenções na cultura do trote na Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). Já o 2º documento aponta a criação do projeto Calouro Humano para promover a integração de estudantes novatos e veteranos e transformar a cultura do trote violento na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), segundo Correia et al (2016). No que diz respeito ao documento 3º, Cotrim (2020) trabalhou na construção de um material audiovisual capaz de sensibilizar e promover a conscientização sobre os problemas derivados da cultura do trote, fomentando reflexões sobre a necessidade de engajamento na transformação desta prática social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O 4º documento, conforme Dias (2019), objetiva conhecer, descrever e analisar quais ações e medidas de prevenção e de enfrentamento são realizadas pela Universidade de Brasília, por meio da atuação da Diretoria da Diversidade (DIV) e da Coordenação dos Direitos da Mulher (CODIM), diante da violência contra mulheres estudantes na instituição. O documento 5º fala sobre o Escuta Diversa, que segundo Lionço et al (2016), é um serviço interdisciplinar e tem como missão articular e fortalecer uma rede de proteção à comunidade LGBT da UnB, de início envolvendo docentes e discentes dos cursos de Psicologia, Serviço Social e Direito. Maito et al (2019) aponta no documento 6º, o processo de elaboração e construção das “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência e discriminação de gênero e orientação sexual”, que propõe formas institucionais e parâmetros normativo-dogmáticos para o enfrentamento da violência contra as mulheres na universidade, enfatizando a

responsabilidade jurídica das instituições de educação superior (IES). Já Pelegrinelli (2019) traz um documento que gira em torno de que forma o Pacto Universitário pode impulsionar/fortalecer a institucionalização e articulação do tema Cultura da Paz e Educação em Direitos Humanos na IES. No documento 8º, Saura e Rocco Junior (2020), têm como objetivo tecer considerações sobre as Comissões de Direitos Humanos que foram produzidas a partir de encontros com Comissões, Núcleos e grupos que atuam em torno da temática dos Direitos Humanos na Universidade de São Paulo (USP) nos anos 2015-2019.

O 6º documento intitulado “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção em situações de violência e discriminação de gênero e orientação sexual”, segundo Maito et al (2019), apresenta os fundamentos legais que norteiam a necessidade de averiguação de casos de violência baseada em gênero na Universidade, onde também são apresentadas as definições de violência de gênero com a recomendação da adoção de perspectiva de gênero nas ações de averiguação, punição e reparação, para evitar estereótipos e preconceitos na abordagem aos casos, reforçando a responsabilidade da universidade no efetivo enfrentamento da violência. Ao estabelecer a proibição, a instituição acabou implementando os regulamentos de cima para baixo, isto é, a classe mais alta nessa hierarquia, ou seja, a figura de autoridade, acabou tomando as decisões e todas as pessoas devem se comportar de acordo, conforme CREA (2017) aponta que essas características são pertinentes ao modelo baseado na disciplina, onde também pode se aplicar sanções contra todos e todas que as violem os regulamentos e que tenham comportamentos violentos ou agressivos, “as práticas violentas são proibidas não só nos limites geográficos dos campi, mas em qualquer lugar onde as pessoas estejam reunidas em nome da universidade, ampliando o conceito de ‘ambiente universitário’” (MAITO et al., 2019).

Embora não seja o mais eficiente em termos de prevenção, o modelo baseado na disciplina se faz necessário pois implementa no ambiente escolar/universitário regras e leis que fazem com que seja estabelecido a organização e as condutas necessárias ao desenvolvimento coletivo.

Em paralelo ao modelo baseado na disciplina, a UnB, mais especificamente o campus Darcy Ribeiro, conforme Dias (2019) cita no 4º documento, possui uma estrutura da Diretoria da Diversidade (DIV) dividida entre uma parte administrativa geral (Secretaria Administrativa) e quatro coordenações específicas: Coordenação dos Direitos

da Mulher (CODIM), Coordenação da Diversidade Sexual (CODSEX), Coordenação da Questão Indígena (COQUEI) e a Coordenação da Questão Negra (COQUEN). Embora um referencial de regras seja geralmente definido pela Diretoria da Diversidade, o seu cumprimento não é um processo vertical de cima para baixo, antes um diálogo entre iguais, que possui um objetivo comum. Em vez de o enfoque ser centrado na partilha de culpas e na resposta com a punição, dá-se a promoção do apoio entre os participantes, portanto, pode-se afirmar que a DIV pauta suas políticas, programas e ações utilizando soluções reativas, ou seja, soluções que surgem de respostas para um conflito que já havia surgido e não como medidas de prevenção (CREA, 2017). A partir da apresentação da existência de programas, projetos e ações de atendimento, promoção e proteção à população universitária sob a rubrica da diversidade como um todo e de como elas funcionam é possível observar que dentro das condições existentes a Diretoria tem cumprido com seus objetivos, sobretudo se observado o seu caráter pedagógico de ação (DIAS, 2019).

Seguindo esse modelo, o documento 3º surgiu, segundo Cotrim (2020), da necessidade de reflexão sobre a dimensão ética da educação profissional em saúde, debruçando especificamente o olhar sobre como o fenômeno do trote participa desse processo educativo, representando o desejo de que uma intervenção efetiva possa surtir resultados sob os comportamentos abusivos observados no trote. Ao analisar o documento, percebe-se que o vídeo acaba surgindo como resposta para um conflito que já havia surgido e não como medida de prevenção, uma vez que inclui, segundo CREA (2017), todas as partes envolvidas numa determinada situação problemática e no subsequente processo de resolução e, por consequência, coloca de novo a ênfase na convivência.

Ainda no que tange diferentes modelos, existe o modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos, baseado no diálogo e que visa a prevenção do conflito ao criar uma atmosfera de colaboração, na qual os membros participam na criação de regras, na gestão da universidade, na forma como o conflito é solucionado e na existência de um maior entendimento de todos os envolvidos. Segundo Akerman e Conchão (2020), a partir de uma denúncia sigilosa, a Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), em 2010, apoiou e defendeu a turma de ingressantes daquele ano contra os trotes violentos adotando medidas punitivas, baseadas na disciplina, preventivas e promocionais, baseadas no diálogo, no âmbito de toda a Faculdade, conforme aponta o 1º documento. Para tornar

este diálogo possível, considerou-se que todos tivessem a oportunidade de intervir, dar opiniões e participar na procura de uma solução harmonizada, que ajudasse a prevenir o conflito. A responsabilidade e a capacidade para gerir a convivência, não foram reservadas apenas para alguém com autoridade ou para um perito, ao invés, foram partilhadas por todos os estudantes, professores e funcionários, com o objetivo de ultrapassar pretensões de poder, que também estão presentes no modelo baseado na disciplina e que, permitissem relações de equidade reais e válidas. Segundo Vinha et al (2017), ao exibir um senso de justiça onde há uma participação de toda a comunidade na elaboração de medidas de prevenção e resolução de conflitos, os indivíduos se sentem seguros, envolvidos, respeitosamente desafiados e pertencentes.

Desde então, segundo Akerman e Conchão (2020), existem veteranos e veteranas atentos, conscientes e muito preocupados com o bem estar dos calouros e calouras, até por terem vivido esta história e, que agora estavam na responsabilidade maior deste grupo, ainda há preocupação, presença e a participação da Diretoria na recepção, havendo assim uma consciência geral da necessidade de que a comunidade acadêmica precisa aliar o respeito pela Faculdade, o respeito a si e a todos e todas sem distinção.

Em consonância com esse modelo, conforme Correia et al (2016), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1997, implementou o projeto “Calouro Humano” sob a coordenação da Sub-Reitoria de Graduação (SR-1), onde as atividades do projeto têm como objetivos acolher os alunos recém-ingressos, promover a integração dos calouros com os estudantes veteranos e transformar a cultura do trote violento em ações de solidariedade. O 2º documento mostra que, ao promover a interação entre calouros e veteranos, estimulado o trabalho em grupo e ainda proporcionado o primeiro contato dos calouros com práticas relacionadas a sua futura profissão, acabam, conforme CREA (2017), por promover espaços de diálogo que previnem o conflito, pois o envolvimento de toda a comunidade é necessário para que todas as opiniões sobre as causas e origens do conflito, bem como as soluções, sejam escutadas e tomadas em consideração, enquanto o conflito ainda está latente. Quando os alunos e os professores têm a oportunidade de participar na gestão da escola, bem como na criação de atividades e resolução de conflitos, a qualidade da convivência é otimizada, quer na escola, quer na comunidade educativa como um todo.

Ainda sobre o modelo dialógico, segundo o documento 8º, de Saura e Rocco Junior (2020), uma das primeiras ações do Núcleo de Direitos Humanos da Escola de

Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP) foi o de reconhecimento: identificar e delimitar o problema, desenhar seu campo de atuação, planejar ações. Para isso foi realizada uma pesquisa diagnóstica, no âmbito da comunidade, sobre possíveis situações de supressão de direitos. Foi a partir destas informações que o Núcleo realizou algumas ações educativas para os direitos humanos com atuação mais precisa, criando oportunidades de diálogo considerando que todas as pessoas, segundo CREA (s/d), independentemente da cultura, do nível acadêmico, etc., têm a capacidade de intervir e opinar na busca de uma solução consensual que ajude na prevenção de conflitos, como por exemplo, inserções em todas as Semanas de Recepção de Calouros com esclarecimentos sobre os principais pontos que afligem a universidade no geral e a comunidade em específico, realizou propostas de atividades de formação e conscientização por meio de palestras e rodas de conversas educativas com frequência semestral, realizou aproximadamente 30 atendimentos individuais, além de muitos diálogos pontuais em colegiados e comissões.

Atendendo aos objetivos do Programa de Combate à LGBTfobia da Universidade de Brasília (UnB), no documento 5º, Lionço et al (2016) aponta que está em processo de construção um projeto de extensão interdisciplinar denominado Escuta Diversa, que é um serviço de acolhimento e articulação de rede de proteção para a comunidade LGBT da universidade, abrangendo entre seus beneficiários estudantes e também servidores técnico-administrativos e docentes.

Com inspiração nos centros de referência da diversidade instituídos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, foram articuladas a participação da Psicologia, Serviço Social e Direito na construção do projeto de extensão universitária. O projeto, segundo Lionço et al (2016), visa confrontar a banalização das práticas de violência de gênero e sexualidade presentes no cotidiano das instituições acadêmicas, promovendo a implementação do Programa de Combate à LGBTfobia da UnB, com a proposta de promoção de contextos nos quais seja possível a abertura para a exposição de violências LGBTfóbicas e, nesse sentido, a criação de ambientes seguros e diversificados, pois conforme CREA (s/d), é preciso que os centros educativos sejam espaços seguros para todos os meninos e meninas, espaços em que possam aprender, crescer e se relacionar em liberdade e igualdade. O modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos permite a melhora da convivência tanto dentro da universidade quanto no conjunto da comunidade educativa.

Ainda, segundo Lionço et al (2016), pretende-se realizar debates acadêmicos com protagonismo de estudantes LGBT, movimento social, parceiros no enfrentamento à homofobia, lesbofobia e transfobia que atuam em serviços da rede pública e pesquisadores da instituição.

Segundo o documento 7º, Pelegrinelli (2019) aponta que, considerando a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior com a formação comprometida na construção da paz, na defesa dos Direitos Humanos e nos valores da democracia fica explícita a expectativa de criar uma grande rede de instituições em todo o País que trabalhem no tema não apenas de forma teórica, mas desenvolvendo paralelamente ações práticas e conjuntas com todas as IES. Sem dúvida, o Pacto Universitário viabiliza contribuir para a formação das pessoas e, conforme CREA (s/d), para a construção de uma sociedade com menos intolerância, maior conhecimento sobre os direitos humanos e maior respeito ao outro como um ser diferente e com direitos iguais, oferecendo condições para garantir que todos tenham oportunidades iguais para se expressar e se encontrem soluções conjuntas. O Pacto, como aponta Pelegrinelli (2019), deixa evidente que a inserção da Educação em Direitos Humanos na Educação Superior deve ser feita de forma transversal em todas as esferas institucionais, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão e a convivência universitária e comunitária com base na democracia deliberativa, baseando-se, na ideia de que por meio de argumentos, é possível apresentar alternativas de modo a chegar a um consenso, aqui a responsabilidade e a capacidade de gerenciar a convivência não se limitam a nenhuma autoridade, nem a um especialista em mediar, mas estendem-se a todos os alunos, professores e pessoas da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos documentos feitas à partir da pesquisa bibliográfica permitiram conhecer diferentes formas institucionais de enfrentamento e prevenção da violência e conflitos nas instituições de ensino superior brasileiras.

Com a pesquisa bibliográfica, ficou evidente que as origens históricas dos trotes universitários continuam a marcar os aspectos culturais e de gênero envolvidos na prática do trote. Os trotes envolvem diferentes atividades que satisfazem o veterano e o colocam numa posição de comando, podem ter longa duração, cooptando outras atividades durante

o mês de entrada dos calouros, são de cunho coletivo ou individual e tendem a se estender para fora do território da universidade.

Espera-se que os produtos obtidos nesta pesquisa possam contribuir para a ampliação de programas para prevenção de violência e conflito nas instituições de ensino superior.

Diversas são as propostas de intervenções pelos estudiosos do tema para prevenir e tratar as consequências psicológicas dos jovens, o que nos conduz a novas perspectivas em relação ao trote nas universidades. Apesar das universidades apresentarem um modelo de prevenção, nenhum deles está baseado no modelo dialógico de prevenção de conflitos, pois para a realização do mesmo é requerido o envolvimento de toda a comunidade (os alunos, os seus familiares, os professores, funcionários no geral) para estabelecer as causas e origens dos conflitos e suas soluções, enquanto o conflito ainda está latente e para a criação de regras devem ser seguidos passos essenciais para garantir que o modelo dialógico de prevenção de conflitos seja executado com êxito.

O modelo dialógico representa um passo a mais para prevenir problemas de convivência. Isso não significa que os modelos anteriores sejam substituídos completamente, mas sim que eles, por si sós, não erradicam esses problemas.

Tem-se buscado alternativas para a integração inicial dos calouros e uma ressignificação da prática do trote, inclusive no campo da linguagem - “recepção”, “trote solidário”, trote da cidadania são algumas das expressões visualizadas nesta revisão integrativa.

Estratégias como a disponibilização e otimização de recursos para a recepção, criação de gincanas universitárias que envolvam ações solidárias e/ou visita a (futuros) espaços de trabalho, como hospitais, empresas, escolas que possam reverter positivamente ao bem comum da sociedade, também constituem alternativas possíveis.

Esse trabalho, não só me permitiu aprender sobre como é estar no meio acadêmico e científico, mas também me ensinou muito sobre responsabilidade, prazos, diálogo, troca e organização. Finalizo, então, de uma forma totalmente distinta da que iniciei. Considero hoje o tema “prevenção de violência e conflitos na universidade” ainda mais importante do que no início do processo.

Essa pesquisa contribuiu para minha formação, não só como pesquisador e futuro profissional da área da educação, mas, principalmente, como ser humano privilegiado

diante da sociedade em que vivo. Hoje tenho propósitos mais claros e firmes sobre ser e fazer a diferença no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#4 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE E #2 ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO, 2016, Vitória. **ESCUA DIVERSA: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E DE ARTICULAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO PARA A COMUNIDADE LGBT DA UNB.** Brasília: (N/d), 2016.

A EXPERIÊNCIA DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UERJ NO PROJETO CALOURO HUMANO. Rio de Janeiro: Revista Aproximando, v. 2, n. 3, 2016.

AKERMAN, M., & CONCHÃO, S. (2020). **University hazing culture: challenges that remain.** ABCS Health Sciences, 45, e020029. <https://doi.org/10.7322/abcshs.45.2020.1451>

BANDEIRA, Lourdes. M. **TROTOS, ASSÉDIOS E VIOLÊNCIA SEXUAL NOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL.** GÊNERO, Niterói, v. 17, n. 2, p. 49-79, 1 jan. 2017.

BECK, U., & BECK-GHERSEIM, E. (1998). **El normal caos del amor.** Barcelona: El Roure.

BLAYA, Catherine et al. **Modos de organização da vida escolar nos estabelecimentos de ensino secundário inferior na Europa.** In: THELOT, Claude. (Org.). Quel impact des politiques éducatives: les apports de la recherche. Paris: Débat National sur L'avenir del'École, 2004. P. 127-154.

BONDURANT, B. **University women's acknowledgment of rape.** Violence Against Women, v. 7, p. 294-314, 2001.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2020: Principais resultados.** [S. l.: s. n.], 2020. Atlas.

COTRIM, Manuela Vilela Azevedo Silva. **BUSCANDO TRANSFORMAR A CULTURA DO TROTE UNIVERSITÁRIO: a construção de um vídeo educativo.** 2020. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Odontologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CREA, Community of Research on Excellence for All. **MODELO DIALÓGICO DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: Formação em Comunidades de Aprendizagem.** Universidade de Barcelona, 2017.

CREA, Community of Research on Excellence for All. **Modelo Dialógico de Resolução de Conflito.** Universidade de Barcelona, (s/d).

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Dec. 2020. <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>>.

DEBARBIEUX, Éric. **Violência na escola. Um desafio mundial?** Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

DIAS, Fernanda Mendes. **Violência contra estudantes no campus Darcy Ribeiro: um olhar sobre a atuação da diretoria da diversidade.** 2019. 84 f. Monografia (Especialização) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FOEGE W. H., ROSENBERG M. L., MERCY J. A. **Public health and violence prevention.** Curr Issues Public Health 1995; 1:2-9.

FORGETTE-GIROUX, Renée; RICHARD ICHAUD, Marc; MICHAUD, Pierre. **L' influence du climat psychosocial de l'école et le concept de soi des élèves.** Canadian Journal of Education, v, 20, n. 3, p. 372-375, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, A. (1995). **La transformación de la intimidad: Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades moderna.** Madrid: Cátedra

GÓMEZ, J. (2004). **El amor en la sociedad del riesgo: Una tentativa educativa.** Barcelona: El Roure.

JANOSZ, Michel. et al. **L'environnement socioéducatif à l'école secondaire: un modele théorique pour guider l'évaluation du milieu,** Revue Canadienne de Psychoéducation, v. 27, n. 2, p. 285-306, 1998. Disponível em: <<http://www.f-d.org/climatecole/Janosz-article-1998.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2021.

Lei n. 10.454 (1999). **Dispõe sobre a proibição de trote que possa colocar em risco a saúde e a integridade dos calouros das escolas superiores, e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado, São Paulo, Poder Executivo, v. 109, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 3. <<https://www.al.sp.gov.br/norma/8735>>

Lei n. 10.671 (2019). **Dispõe sobre o trote universitário que possa colocar em risco a saúde ou integridade física dos alunos nos logradouros públicos do município de Florianópolis.** Florianópolis, SC. <<http://www.cmf.sc.gov.br/legislacao>>

Lei n. 8.790 (2015). **Veda a prática de trote universitário e escolar no Município de Presidente Prudente. Autor: Vereador Adilson Regis Silgueiro.** São Paulo, Presidente Prudente. <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=24544>>

MAITO, Deíse Camargo et al. **Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade.** Interface (Botucatu), Botucatu, v. 23, e180653, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100406&lng=en&nrm=iso>. access on 13 jan. 2021. Epub Oct 17, 2019. <https://doi.org/10.1590/interface.180653>.

MONFRINATO, Barbara. **USP pode ser laboratório de novas estratégias de segurança comunitária.** Jornal do Campus, 2015.

PELEGRINELLI, Gisela. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS À LUZ DO PACTO UNIVERSITÁRIO PARA A CULTURA DA PAZ E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.** In: FOLLMANN, José Ivo; GADEA, Carlos A.; LACERDA, Luiz Felipe. **POLÍTICAS PÚBLICAS DEBATES SOCIOLÓGICOS PONTUAIS.** São Leopoldo: Casa Leiria, 2019. p. 49-59.

PUIGVERT, L. **Breaking the silence:** The struggle against gender violence in universities. The International Journal of Critical Pedagogy, v. 1, 2008

REDAÇÃO GÊNERO E NÚMERO. **Mapa da Violência de Gênero:** Mulheres são quase 67% das vítimas de agressão física no Brasil. Gênero e Número, [s. l.], 11 jul. 2019. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/mapa-da-violencia-de-genero-mulheres-67-agressao-fisica/>>. Acesso em: 5 out. 2020.

REPORTAGEM LOCAL (São Paulo). **Pai de calouro morto na USP morreu de desgosto, diz viúva.** Folha de São Paulo, [S. l.], p. 1-1, 15 fev.

2009. Disponível em:
 <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1502200911.htm>>. Acesso em: 4 out. 2020.

ROSO, Adriane et al. **Trotes na universidade e violências: uma revisão integrativa**. Psicologia Argumento, [S.l.], v. 39, n. 103, p. 25-55, out. 2020. ISSN 1980-5942. Disponível em:
 <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/26918>>. Acesso em: 09 dez. 2020. doi:
 <<http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO02>>.

Saura, S. C., & Rocco Junior, A. J. (2020). **Núcleo de direitos humanos da EEFÉ-USP: implantação, desenvolvimento e diálogos interunidades**. Revista Brasileira De Educação Física E Esporte, 34(Esp.), 109-116. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-4690.v34i0p109-116>

THIÉBAUD, Marc. **Climat scolaire**. 2005. Disponível em
 <<http://www.relationsansviolence.ch/climat-scolaire-mt.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2021.

TOLAN P. H., GUERRA N. G. **Prevention of juvenile delinquency: current status and issues**. Appl Prev Psychol 1994; 3:251-73.

VINHA, T., TOGNETTA L., AZZI R., MORO A., ARAGÃO A., MORAIS, A. **O clima escolar na perspectiva dos alunos de escolas públicas/The school climate from the perspective of public school students**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, América do Norte, 1514 11 2017.

WALTERS R. H., PARKE R. D. **Social motivation, dependency, and susceptibility to social influence**. In: Berkowitz L. *Advances in experimental social psychology*. v. 1. New York, NY: Academic Press; 1964. p. 231-76

ZUIN, A. A. S. **O Trote na universidade: passagens de um rito de iniciação**. São Paulo: Cortez Editora, 2002 (Questões da nossa época).

ZUIN, A. A. S. **O trote no curso de pedagogia e a prazerosa integração sadomasoquista**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 79, p. 243-254, ago. 2002.